

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANIMAIS DE RUA DE CURITIBA

CURITIBA

2009

LUÍZA LENARDT QUADRADO

ANIMAIS DE RUA DE CURITIBA

Trabalho apresentado à disciplina de Conclusão de Curso IV como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.º João Somma Neto

CURITIBA

2009

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor João Somma Neto, orientador mais do que paciente, pelo suporte que me deu no decorrer deste trabalho e pela sua persistência na orientação. Sua paciência foi fundamental para que o estudo pudesse ser feito com dedicação.

A todos os participantes deste trabalho, por cederem seu tempo para conversarem comigo sobre suas experiências e por lutarem insistentemente pela causa animal. Agradeço por permitirem que eu participasse de alguns momentos de sua rotina diária a fim de captar características que não poderiam ser apenas relatadas em entrevistas. À equipe do Centro de Controle de Zoonoses de Curitiba (CCZ) e à coordenação da Rede de Defesa e Proteção Animal pelas informações cedidas, que foram fundamentais para os objetivos deste estudo. À Soraya Simon e a todos os membros das ONGs que contribuíram para a construção das histórias relatadas no livro-reportagem.

Minha imensa gratidão aos funcionários da 3ª Vara da Fazenda que forneceram e selecionaram o material relacionado ao tema do trabalho. Muito obrigada pelo carinho e pela confiança demonstrados ao me ajudarem.

A minha família, que desde sempre me ensinou a importância de buscar constantemente novos conhecimentos e de se cultivar um ambiente de leitura em casa, fatores que tanto ajudaram para a composição deste trabalho.

A todos os “meus” animais de rua – os que moram comigo, os que estão hospedados nas ONGs, no CCZ e os que estão nas ruas – por me ensinarem a olhar a vida com outros olhos.

Aos meus amigos que, ao longo deste ano, compreenderam minha ausência em quase todos os encontros e reuniões e continuaram ao meu lado. Obrigada pelo apoio e pela amizade incondicional.

“Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensiná-lo a amar seu semelhante”. (Albert Schweitzer – Nobel da Paz, 1952.)

## RESUMO

Nos últimos cinco anos, Curitiba tem sido palco de uma discussão polêmica, que envolve a qualidade de vida da população em geral e coloca em debate a importância da vida de outros seres sencientes que habitam conosco o mesmo espaço urbano: os animais de rua da cidade. De um lado estão pessoas anônimas, que dedicam tempo e dinheiro à proteção aos animais abandonados e unem esforços para tentar combater a superpopulação canina e felina. Junto delas estão Organizações Não Governamentais (ONGs), que representam um papel fundamental para a sociedade em disponibilizar resgate, abrigo, alimentação e tratamento veterinário, incluindo vacinação e esterilização a esses animais. Do outro lado, está o poder público, por meio do Centro de Controle de Zoonoses e da Rede de Defesa e Proteção Animal, que busca a construção de projetos para o controle de zoonoses, assim como do problema da superpopulação de animais nas ruas. O objetivo deste estudo é revelar as ações que vêm sendo adotadas para solucionar o problema da superpopulação e apresentar as características do contexto em que vivem os animais. As informações foram editadas sob o formato de livro-reportagem, de forma a apresentar com mais profundidade as histórias que habitam esse universo à parte e aproximar o leitor da situação dos animais em Curitiba. Verificou-se que as iniciativas da Prefeitura ainda são bastante tímidas, que as mortes indiscriminadas dos animais recolhidos das ruas só foram interrompidas devido à pressão de uma Ação Civil, movida contra a Prefeitura pelo Ministério Público de Curitiba, e que o futuro desses animais depende, fundamentalmente, do resultado desta Ação. Nela, o Ministério Público defende e cobra do poder público medidas eficazes para o combate às zoonoses e o controle da superpopulação dos animais de maneira humanitária. Enquanto a Ação não é julgada, o direito à vida dos animais é defendido incansavelmente pelo trabalho de diversas ONGs de proteção animal de Curitiba.

Palavras-chave: Animais de rua. Livro-reportagem. Organizações Não Governamentais.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	1
1.1 APRESENTAÇÃO	1
1.2 OBJETIVOS	3
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b>	3
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b>	3
1.3 JUSTIFICATIVA	4
1.4 METODOLOGIA	6
<b>2 O MEIO AMBIENTE</b>	9
2.1 UMA MUDANÇA DE PARADIGMAS	9
<b>3 OS ANIMAIS DE RUA DE CURITIBA</b>	14
3.1 DA SUPERPOPULAÇÃO AO CRIME AMBIENTAL	14
3.2 A SITUAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA MUNICIPAL	15
3.3 PROGRAMAS PÚBLICOS INICIADOS	18
<b>3.3.1 Microchipagem e registro de animais</b>	19
<b>3.3.2 Totens de propaganda em áreas urbanas</b>	20
<b>3.3.3 Convênios para castrações gratuitas</b>	21
<b>3.3.4 Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba</b>	22
<b>4 JORNALISMO VERSUS LITERATURA</b>	25
4.1 UM DEBATE NADA RECENTE	25
<b>4.1.1 Jornalismo em livros e Literatura em jornais</b>	27
4.2 JORNALISMO INTERPRETATIVO	30
4.3 JORNALISMO LITERÁRIO	32
4.4 <i>NEW JOURNALISM</i>	34
<b>5 O LIVRO-REPORTAGEM</b>	37
5.1 CONSTRUINDO A GRANDE REPORTAGEM EM LIVRO	39
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	43
<b>REFERÊNCIAS</b>	45
<b>ANEXOS</b>	
<b>APÊNDICE – Produto final.</b>	

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO

Face à crise ambiental mundial temos a constante necessidade de repensar as relações do homem com o meio ambiente, assim como de apresentar uma nova postura diante dos problemas ambientais, adotando ações que venham ao encontro do conceito de desenvolvimento sustentável. Pensar globalmente e agir localmente continua sendo um conselho importante, quando se percorre esse caminho. Qualquer ação hoje permite uma nova realidade amanhã.

Parte das discussões na área ambiental está voltada a um problema comum em grandes centros urbanos: a superpopulação de animais abandonados. Segundo o portal eletrônico Bem Paraná (2009), Curitiba possui, em média, um cão para cada quatro habitantes: a população canina é estimada em aproximadamente 450 mil animais. Destes, cerca de 80% vivem nas ruas sem dono ou são semidomiciliados.

Os números estão longe do ideal (um animal para cada dez habitantes) e não revelam a principal causa do problema. O alto índice de animais abandonados reflete a falta de conscientização da população face às necessidades desses animais e das responsabilidades que todos temos como cidadãos em relação a eles. Em grande parte, os animais que perambulam pelas ruas de Curitiba foram abandonados pelos seus próprios donos.

O descaso pela vida desses seres reflete-se também no que é veiculado pelos meios de comunicação, que pouco interesse demonstram em esmiuçar nas suas pautas diárias os problemas da área ambiental, nem mesmo quando estes se referem a animais que dividem conosco o mesmo espaço urbano, influenciando diretamente em nossa qualidade de vida, expondo-nos a riscos de saúde e a acidentes.

Se sob a perspectiva dos interesses humanos o problema é apenas superficialmente abordado pela mídia, raramente é lembrado tendo as necessidades do animal como foco da questão. A superpopulação de animais de rua é um fardo tanto para os próprios animais, que naturalmente são as maiores vítimas do sofrimento causado pelo abandono, quanto para humanos que convivem com as consequências de sua própria irresponsabilidade.

A questão dos animais de rua não é apenas “*estética*”, como afirmou Moacir Gerolamo, Diretor da Secretaria de Saúde de Curitiba, em entrevista recente para a RPC TV (2007). Antes disso é uma questão tanto ética quanto política. Esses animais são seres sencientes, sofrem pelo abandono, pela falta de abrigo e alimento, não contam com atendimento quando estão doentes ou acidentados, ficam à sorte de encontrarem alguém que lhes preste socorro. O Estado possui a tutela desses animais (BRASIL, 1934), assim como o dever de protegê-los de maus tratos, como rege a Constituição Federativa do Brasil em seu Art. 225 (BRASIL, 1988). Isto implica que o descaso em relação às suas vidas é um fato ético e politicamente inaceitável em qualquer localidade do Brasil.

Em novembro de 2005, fruto de uma Ação Civil Pública do Ministério Público de Curitiba (2004), foi definido que os animais recolhidos pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), responsável pela “carrocinha”, não poderiam mais ser mortos indiscriminadamente na câmara de gás, pois considera-se que maltratar animais é crime (BRASIL, 1998). A prática era exercida na tentativa de controlar a superpopulação desses animais nas ruas. Como hoje é preciso apresentar laudo veterinário que justifique a eutanásia, a “carrocinha” tornou-se um método ultrapassado, oneroso, além de cruel.

A partir de 1992, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1992) passou a recomendar como ações para o controle populacional e de zoonoses a implantação de programas educativos de guarda responsável (ANEXO 1), o controle do comércio de animais, o registro geral dos animais e castração. Essas medidas são defendidas pelas diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) que prestam



socorro aos animais em Curitiba e cobradas da Prefeitura da cidade também por meio do Ministério Público, desde 2004.

Estudar mais profundamente a situação exposta acima, com o intuito de melhor informar a população sobre algo que interfere também em suas vidas, é uma prática que vem ao encontro do compromisso social característico do exercício de todo comunicador.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Revelar as ações implantadas pela Prefeitura de Curitiba que visam o controle populacional de animais de rua e analisar seus resultados.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as características do contexto em que vivem os animais abandonados de Curitiba.
- Informar sobre o andamento da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Curitiba contra a Prefeitura, desde 2004.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Grande parte dos animais que estão abandonados nas ruas de Curitiba é vítima da falta de informação dos próprios donos. Esses animais poderiam ter outro destino se houvesse melhor orientação da população no que diz respeito à guarda responsável e divulgação, pelos veículos de comunicação, do que ela significa.

Por outro lado, os animais que já nascem nas ruas, poderiam ser poupados dessa condição, em que têm suas vidas constantemente ameaçadas, e que expõem a sociedade a acidentes, se houvesse programas permanentes da Prefeitura da cidade em relação ao controle populacional desses animais, mais apoio a ONGs que realizam esse trabalho e tratamento disponível em caso de acidentes ou maus tratos. Por fim, a cidade ganharia em qualidade de vida e seria amenizado o sofrimento por que passam os animais.

Foi pensando em como a minha profissão poderia contribuir com a causa que encontrei no Jornalismo Ambiental o campo ideal para desenvolver meus estudos, pois as funções do Jornalismo Ambiental objetivam a inclusão da Ecologia como pauta diária nos veículos de informação.

Segundo o biólogo Ernest Haeckel (2008), a palavra ecologia designa o conjunto de conhecimentos relacionados com a economia da natureza – a investigação de todas as relações entre o animal e seu ambiente orgânico e inorgânico, incluindo suas relações, amistosas ou não, com as plantas e animais que tenham com ele contato direto ou indireto, – numa palavra, ecologia é o estudo das complexas inter-relações, chamadas por Darwin de condições de luta pela vida.

Visto que o presente estudo trata de um assunto de relevância ambiental e social, de caráter não factual, o seu aprofundamento torna possível a composição de um produto jornalístico como o livro reportagem. Pretende-se com ele construir uma ponte entre a situação dos animais e a sociedade curitibana, para que esta

possa ampliar o conhecimento dos problemas de sua cidade. Este trabalho serve como base de orientação a esse fim e espera-se que sirva de incentivo à reflexão sobre a realidade dos animais de rua de Curitiba e das nossas responsabilidades éticas com eles.

Para fundamentar a escolha do suporte para este estudo, resgato conceitos do jornalismo literário e interpretativo, assim como do chamado *new journalism*. Dedico um capítulo à importância de se pautar a questão ambiental nos veículos de comunicação e a relação da temática com o Jornalismo.

Uma pesquisa prévia da temática foi somada a minha experiência de cinco anos como voluntária da Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba (SPAC), que atualmente abriga mais de 800 animais, em sua maioria cães e gatos a espera de um lar. A pesquisa prévia permitiu o conhecimento da situação dos animais em outras localidades no Brasil e, com maior intensidade, no município de Curitiba.

Com o intuito de revelar os procedimentos escolhidos pela Prefeitura da cidade para cumprir com seu dever político e resolver o problema em foco, colocando a questão ambiental em pauta, o presente estudo cumpre, de alguma forma, o papel de transformador social exercido pelos meios de comunicação.

## 1.4 METODOLOGIA

Um dos aprendizados que todos os jornalistas levam do seu curso de graduação é de que a realidade não é desvendada na superfície dos fatos e que a pesquisa mais aprofundada auxilia na busca pelo real. Evoluindo para a pesquisa científica, que se aproxima ainda mais da realidade, permite-se a comparação entre a teoria e os dados, o pensamento e a prática. Para tanto, é necessário o apoio de uma disciplina auxiliar que trate dos procedimentos para estudar ciência: a metodologia de pesquisa. DEMO (1987) a define como a disciplina que cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos que permitem a construção da realidade, da maneira mais objetiva possível.

Para a elaboração deste estudo, optou-se pela abordagem metodológica qualitativa, pois valoriza o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. Segundo GODOY (1995), esse tipo de pesquisa parte de questões e focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que a pesquisa evolui. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre os sujeitos, lugares e processos interativos, procurando compreender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes.

Para o autor *op.cit.*, são quatro as características básicas da pesquisa qualitativa: ela tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; é descritiva; tem como preocupação essencial do investigador o significado que as pessoas dão às coisas e às suas vidas; e utiliza o enfoque indutivo na análise de seus dados.

De acordo com a pesquisa qualitativa, um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

O primeiro passo para a aproximação do tema pesquisado foi a pesquisa bibliográfica que, segundo MINAYO (1994), coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores “envolvidos em seu horizonte”. As informações secundárias foram obtidas por meio de uma pesquisa documental em livros, revistas, jornais, recortes de jornais e internet. Os arquivos da Biblioteca Pública do Paraná e do Portal da Informação da Universidade Federal do Paraná foram de grande importância para obtenção de informações sobre a situação dos animais nos anos de 2004 a 2008 e para identificar como o jornalismo costuma cobrir as pautas ambientais. Livros e artigos foram fundamentais para se resgatar a importância de ligar a prática jornalística à questão ambiental. Porém, no que diz respeito à pesquisa documental, nada teve mais valia do que as informações contidas nos arquivos da Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público de Curitiba contra os crimes ambientais da Prefeitura no CCZ. Foi por meio da avaliação desse Processo que grande parte dos detalhes legais da situação foram obtidos para a elaboração do livro-reportagem. Essa contribuição não teria sido possível sem a sensibilidade e a dedicação incansável dos funcionários da 3ª Vara da Fazenda responsáveis pela guarda do Processo, que agruparam generosamente as informações essenciais de toda a Ação e disponibilizaram instantaneamente as cópias ao trabalho da discente.

O levantamento da Legislação Ambiental e demais Leis referentes ao tema foi, igualmente, fundamental para captar a importância do assunto na nossa sociedade.

Os sujeitos da pesquisa foram funcionários da Prefeitura de Curitiba responsáveis pela questão dos animais de rua, funcionários do Centro de Controle de Zoonoses de Curitiba responsáveis pelo manejo e tratamento dos animais, dirigentes e voluntários de ONGs dedicadas à proteção animal e protetores independentes.

As informações primárias foram coletadas por meio de entrevistas gravadas junto aos participantes da pesquisa. O roteiro da entrevista foi composto por

questões abertas do tipo: Quais são as ações públicas implantadas a fim de conter a superpopulação de animais de rua?; Como são realizadas?; Quando são executadas?; Onde os animais resgatados são abrigados?. Cada resposta era um gancho para o desenvolvimento de novas perguntas que geravam novas histórias. As informações que se tornaram relevantes para o objetivo do estudo foram transcritas, editadas e apresentadas na forma de livro-reportagem.

O trabalho de confecção de um livro exige do pesquisador uma boa convivência com seus informantes. Essa condição favorece a obtenção das informações e novos encontros para captação de mais detalhes. Desde o início da pesquisa, dirigentes e voluntários de ONGs se mostraram muito abertos a conceder entrevistas e a ajudar. O apoio da atual presidente da Sociedade Protetora dos Animais (SPAC), Soraya Simon, foi fundamental para o contato com membros do Poder Público e intercâmbio de informações sobre o andamento da Ação Civil Pública de 2004.

Visitas dominicais à Sociedade Protetora dos Animais – que já faziam parte da rotina de vida da discente desde 2004 – permitiram que o contexto em que vivem os animais em ONGs fosse captado de maneira muito clara. A experiência como voluntária dessa instituição influenciou positivamente no acompanhamento dos casos de animais resgatados e vítimas de maus-tratos, assim como daqueles abandonados em caixas ou presos à porta da SPAC para que fossem recolhidos, tratados, abrigados e doados.

Ao fim do trabalho, foram analisadas mais de 500 páginas da Ação Civil Pública, três arquivos da Biblioteca Pública de Curitiba repletos de recortes de reportagens sobre o tema, livros teóricos referentes ao Jornalismo e à Sustentabilidade Ambiental, revistas de época que auxiliaram na compreensão do Jornalismo praticado no Brasil na metade do século XX, quase 10 horas de entrevistas e experiências gravadas com os sujeitos da pesquisa; material que, depois de selecionado, foi editado para a redação do livro-reportagem.

## 2 O MEIO AMBIENTE

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Parte das discussões nesta área está voltada à questão da superpopulação de animais abandonados em centros urbanos, às relações que estes exercem com o homem e às consequências dessa ocupação, tanto para a sociedade quanto para os animais. Veremos que as iniciativas públicas para resolver a questão ainda são bastante tímidas, deixando a população animal da cidade com o suporte fundamental dos grupos de cidadãos que realizam trabalhos de proteção e defesa, e lutam, junto ao Ministério Público, para que o problema seja, de fato, resolvido o quanto antes.

Antes da exposição da situação dos animais, uma breve passagem pela abordagem da questão ambiental pelo jornalismo e qual a importância dos temas ambientais estarem presentes nos veículos de comunicação e serem expostos de maneira clara e integrada para a sociedade.

### 2.1 UMA MUDANÇA DE PARADIGMAS

O físico Fritjof Capra (2000) afirma em sua obra *‘A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos’* que existem soluções para os principais problemas que afligem o mundo contemporâneo, inclusive os ambientais. Segundo o autor, várias dessas soluções são simples e o que dificulta a implantação é a *crise de percepção* que a espécie humana enfrenta. O que ocorre, de maneira geral, é que os problemas ambientais são encarados de forma isolada, impossibilitando sua real compreensão por parte da sociedade.

CAPRA (2000) defende que essa visão fragmentada seja urgentemente abandonada e que o mundo – e as questões ambientais – sejam encarados do ponto de vista sistêmico, ou seja, como sendo globalmente interligados. Tal

transformação requer uma mudança radical nas percepções, pensamento e valores de cada indivíduo e da sociedade como um todo; requer uma mudança de paradigma. A sociedade deve passar do paradigma mecanicista para o ecológico (ou sistêmico). A tensão básica entre eles é a importância dada para as partes e para o todo.

O paradigma mecanicista enfatiza as partes. Alimenta a crença de que em todo sistema complexo o comportamento do todo pode ser entendido inteiramente a partir de suas partes. Já a ênfase no todo é chamada de holística, sistêmica ou ecológica. Uma visão holística concebe o mundo como um todo integrado e não como uma junção de partes dissociadas. As visões holística e ecológica diferem, porém, ligeiramente em seus significados, sendo que a última é mais aplicada quando se fala sobre seres vivos.

Além de reconhecer a interdependência entre as partes, a visão ecológica abrange a percepção de determinado objeto em seu ambiente natural ou social. Para CAPRA (2000), quando se analisa uma bicicleta pela visão ecológica, por exemplo, deve-se considerar de onde vêm as suas matérias-primas, como foi fabricada e como seu uso afeta o meio ambiente e a comunidade pela qual ela é usada.

O termo ‘ecológica’ que o autor considera refere-se à *ecologia profunda*. Segundo CAPRA (2003), em 1970 o filósofo norueguês Arne Naess estabeleceu uma distinção entre *ecologia rasa* e *profunda*. A *ecologia rasa* é antropocêntrica. Ela considera que o homem está acima ou fora da natureza e atribui a esta um valor apenas instrumental ou utilitário. A *profunda* não separa nem o homem nem coisa alguma do meio ambiente, ela vê o mundo como uma rede de fenômenos interligados e interdependentes, e reconhece o valor inerente da vida *não*-humana. Segundo essa visão, a natureza se mostra, portanto, uma complexa teia de relações entre as várias partes de um todo unificado.

Assim como CAPRA defende o pensamento ecológico, a partir do qual o mundo é visto como uma rede de fenômenos interligados e interdependentes, neste



trabalho é enfatizada a necessidade de uma visão ‘sistêmica’ também para o Jornalismo. Que predomine na atividade jornalística uma visão ampla e integradora, que encare o universo como um conjunto de fenômenos que interagem o tempo todo e que seja notada a importância em se pautar questões ambientais como questões de interesse comum. O jornalismo praticado em concordância com a visão sistêmica leva os leitores a perceber a conexão de todos e tudo com a teia da vida, que as relações de causa e efeito estão presentes em todo momento do cotidiano. Essa visão possibilita, ainda, que o jornalista descubra novas pautas ou busque uma abordagem mais completa e contextualizada dos mesmos assuntos.

Quando conhecidas as causas e consequências dos problemas ambientais, o jornalismo pode tratá-los em diversas editorias. No caso dos animais de rua de Curitiba, fica evidente que não se trata de um problema ambiental, apenas. O jornalismo pode debatê-lo em editorias como *Saúde*, pois se trata, também, de um problema de saúde pública, como veremos a seguir; *Trânsito*, pois são inúmeros os acidentes causados por animais, automóveis e pessoas ocupando a mesma via pública; ou então na área de *Segurança*, uma vez que animais raivosos deixam a sociedade apreensiva e ameaças de mordeduras geram receio em se transitar por determinados locais.

O jornalista que exerce sua atividade ciente da interconexão entre os diversos temas e a questão ambiental contribui para a conscientização da sociedade em relação a essa problemática. Para que o papel de formação dos leitores possa ser efetivo, o jornalista precisa construir a matéria com base em alguns pontos, pensados pelos jornalistas Wilson BUENO (2005) e Michael FROME (1998). Alguns deles são:

- 1) Visão sistêmica: considerar que em qualquer editoria cabem questões relacionadas à área ambiental.

2) Promoção do debate: o cidadão não tem como confrontar as informações, portanto os repórteres devem ouvir o que os pesquisadores, ambientalistas e governantes têm a dizer. Por outro lado, não podem se transformar em meros assessores de imprensa de entidades de cunho ecológico ou de governos. É necessário bom senso e equilíbrio.

3) Identificação das causas e consequências: ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais.

4) Pensamento global e ação local: pouco adianta abordar temas globais se a realidade local não for levada em conta. Como aponta DIAS:

É na realidade local que está a chance imediata do indivíduo de fazer valer os seus direitos de cidadania, em busca de melhoria de qualidade de vida. Ali, no seu local, o indivíduo ou o grupo poderá avaliar a competência de quem é responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros e ambientais. Ali, pode-se perceber se as decisões estão corretas, se alguém se omitiu e de que forma as coisas poderiam e/ou deveriam ter sido feitas, para assegurar um ambiente saudável às gerações presentes e futuras. (DIAS, 2004, p.118)

5) Foco em elementos centrais da vida: usar exemplos simples para explicar ideias complexas ou abstratas e relacioná-las com a vida do leitor. Por exemplo, o tema ‘animais de rua’ ganha mais força quando explicado para o leitor que é um problema ligado a vários outros, como saúde pública, segurança, educação; e que ele, o leitor, também é responsável por sua solução.

6) Foco em soluções: os problemas ambientais geralmente são amplos, complexos, de solução a médio e longo prazo. Porém, histórias ambientais podem ser otimistas e mostrar ao leitor que ele pode contribuir pessoalmente para solucionar os problemas.

7) Demonstrar que a responsabilidade é de todos: é dever das autoridades, dos governantes, da sociedade civil, da iniciativa privada e de cada cidadão encaminhar saídas para o impasse ambiental.

8) Investigação e denúncia: o jornalismo ambiental não pode se limitar apenas a bons exemplos. Deve exercer o seu poder de investigação e denúncia. Grande parte dos problemas da área ambiental representa efeitos de tomadas de

decisões políticas equivocadas, controversas e afastadas dos interesses comuns da sociedade.

9) Acompanhamento: problemas ambientais geram histórias que podem se arrastar pelo tempo, devido aos impasses judiciais que envolvem. Mesmo quando uma história leva muito tempo para ser concluída, os jornais precisam relembra-la, de tempos em tempos, para informar sobre a situação atual.

10) Contextualização: a notícia deve conter o mínimo de memória possível, para torná-la inteligível ao leitor que se depara com a informação pela primeira vez. Não se pode pressupor que o leitor tenha conhecimento do assunto.

Com base no exposto, o Jornalismo Ambiental defendido neste estudo é aquele que trate os temas ambientais como temas de interesse público, como assunto que diz respeito à vida não só de uma parcela de seres vivos, mas de toda a sociedade e que contribui no processo de conscientização ambiental da população.

### **3 OS ANIMAIS DE RUA DE CURITIBA**

#### **3.1 DA SUPERPOPULAÇÃO AO CRIME AMBIENTAL**

Por muitos anos a cidade de Curitiba capturou e exterminou cães e gatos de maneira indiscriminada, por meio do seu Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), tendo sido verificados cerca de 18.000 animais sacrificados num só ano.

A eliminação em massa de cães se dava por um pensamento equivocado da sociedade e da própria Organização Mundial de Saúde (OMS). Havia o entendimento sobre a importância do controle da superpopulação por meio da retirada de animais das ruas de forma continuada, além da necessidade de controlar determinadas doenças e problemas gerados pelos animais no meio urbano.

A superpopulação de cães e gatos em centros urbanos ocasiona inúmeros transtornos: transmissão de zoonoses como raiva, leptospirose, leishmaniose, entre outras; agressões envolvendo pessoas ou outros animais; contaminação ambiental por dejetos, pêlos e dispersão de lixo; distúrbios de trânsito de veículos, determinantes de acidentes, atropelamentos; danos à propriedade pública ou privada.

O controle destas populações representa um desafio constante para todas as sociedades, independentemente do grau de desenvolvimento sócio-econômico, devido ao grande laço afetivo que caracteriza a relação do homem com animais, sejam de raça ou não, filhotes ou adultos, machos ou fêmeas, soltos ou domiciliados.

Com o advento da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada em Assembléia da UNESCO, em Bruxelas (1978), e em função de estudos mais recentes realizados pela OMS em países onde o sacrifício de cães foi intenso, chegando a 15% da população, conclui-se que a ação fora totalmente ineficaz, pois a taxa de eliminação de animais era rapidamente superada pela taxa

de reposição, dada a dinâmica populacional da espécie (ANEXO 2), ou seja, o alto potencial de reprodução e mobilidade dos animais. Ainda, segundo a OMS, não existem provas de que a eliminação de cães tenha gerado impactos significativos na densidade das populações caninas e mesmo na propagação da raiva, além de se constituir crime ambiental na legislação de diversos países. Assim, o 8º Informe Técnico, publicado em 1992, apontou que os métodos aceitáveis para o controle da população de animais são baseados em: *restrição de movimentos, programas educativos para a guarda responsável, controle do habitat, e regulação da reprodução*.

As medidas indicadas, tratadas de forma integrada, associadas ao controle dos criadouros e da comercialização de animais são importantes e podem produzir resultados efetivos. No entanto, quando se procura evidenciar que a castração massiva de animais sob a guarda dos seus responsáveis resolverá o problema definitivamente, deve-se considerar que apenas uma pequena parcela de cães e gatos íntegros, sem restrição dos seus movimentos ao seu local de permanência, bem como o abandono dos animais nas cidades, pode promover rapidamente o aumento da população nas ruas, pelo alto potencial de reprodução e mobilidade dos animais.

Portanto, a necessidade de controlar a superpopulação de cães e gatos sempre envolve dois atores sociais: ao proprietário cabe exercer o direito de manter o animal sob sua guarda, desde que de maneira responsável, ou seja, zelando pela sua saúde, pelo controle reprodutivo, pela destinação de filhotes e mantendo-o domiciliado. Ao poder público destinam-se as ações de controle dos animais de rua, com vistas à proteção da saúde pública, porém com posturas humanitárias em relação a eles.

Numa visão global, falar de políticas públicas de defesa e proteção aos animais é pensar o ambiente como um todo, portanto incorporando benefícios a todas as espécies que compartilham a existência nos espaços urbanos.

### 3.2 A SITUAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA MUNICIPAL

O Ministério Público de Curitiba, tendo a legitimidade para propor as ações civis e penais públicas necessárias à preservação ou correção dos danos ao meio ambiente, moveu ação de responsabilidade civil pública e criminal contra o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Curitiba, pelos danos causados, o que culminou com a supressão imediata da matança de animais, na câmara de gás, uma vez que não havendo sustentação técnica para fazê-lo (agora é preciso laudo veterinário que justifique a eutanásia), tal ato passou a ser considerado crime ambiental. O processo já corre há cinco anos e em outubro de 2009 encontrava-se em fase de Decisão, sendo encaminhado para sentença final.

Em razão da Ação Civil Pública, em novembro do ano de 2005, a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba interrompeu as atividades de recolhimento e eutanásia de cães que eram solicitados pela sociedade por meio do serviço telefônico 156. Na Tabela 1, pode-se observar o histórico das capturas e dos destinos de cães que ingressaram no Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Curitiba, ao longo de quatro anos:

**Tabela 1:** Histórico das capturas e dos destinos de cães que ingressaram no CCZ de Curitiba (2002 – 2005):

Situação – Cães <sup>(*)</sup>	ANO							
	2002	(%)	2003	(%)	2004	(%)	2005	(%)
<b>Entrada (sadios e doentes)</b>	17.802	96.1	16.725	96.8	16.165	98.9	15.935	99
<b>Resgatados pelo proprietário</b>	1.434	8.1	953	5.7	655	4.1	593	3.7
<b>Adotados</b>	718	4.0	679	4.1	833	5.2	501	3.1
<b>Eutanasiados</b>	14.948	<b>84,0</b>	14.504	<b>87,0</b>	14.477	<b>89,6</b>	14.691	<b>92,2</b>

Fonte: SMS/CCZ (2008)

(\*) Animais doados para ensino e pesquisa não estão incluídos.

Pela Tabela 1, pode-se verificar que apenas um pequeno percentual dos animais capturados era resgatado pelos proprietários ou adotados por terceiros e que a ação preponderante do CCZ era a eutanásia dos animais, onde, em média, 88,2% dos animais capturados nas ruas foram sacrificados.

A visão antropocêntrica que tem norteado o processo civilizatório sujeitou os animais aos interesses das sociedades humanas. Uma nova visão se faz necessária até mesmo para assegurar a sobrevivência da espécie humana na Terra. Essa nova visão, biocêntrica, remete à importância de todos os seres e dos seus papéis no planeta. Dessa forma, ao invés do incômodo gerado pelo desequilíbrio, faz-se necessária a compreensão do princípio da reciprocidade e do papel das sociedades humanas em assegurar o restabelecimento do equilíbrio.

A maioria dos trabalhos e ações desenvolvidas em países que avançaram em relação ao controle da superpopulação de animais indica o caminho da educação ambiental como complemento a iniciativas públicas por meio de programas permanentes e gratuitos de castração de animais.

Em função da complexidade do assunto, o planejamento de políticas públicas em Curitiba está nas mãos da *Rede de Defesa e Proteção Animal* (RDPA) da cidade. A coordenação geral do projeto é do diretor do Departamento de Zoológico de Curitiba, Marcos Traad, e envolve a participação da Secretaria de Governo Municipal; Secretarias Municipais do Meio Ambiente, da Saúde, de Comunicação Social, do Urbanismo, a URBS; as Secretarias Municipais de Educação, da Defesa Social, de Esporte e Lazer; a Fundação de Ação Social (FAS), a Fundação Cultural de Curitiba, a Procuradoria Geral do Município e o Instituto Curitiba de Informática. Esses são os colaboradores de todo o projeto que objetiva promover o entendimento do cidadão que possui animais sobre sua responsabilidade pela guarda responsável, bem como apresentar soluções de médio e longo prazo para que se efetive a redução do problema na cidade.

A RDPA acredita que a adoção de medidas precisa ser contundentemente dirigida, sob o risco de ferir-se a intenção ao se dispersar as ações entre os setores

envolvidos na sua implantação de forma não sintonizada. Para eles, os objetivos pretendidos só poderão ser alcançados pela interação da ação governamental das diversas secretarias e da coletividade.

Além da necessidade de programas permanentes visando o controle populacional de animais de rua de Curitiba, faz-se necessária a implantação de medidas de coibição a maus tratos através de ações educativas que visem mudanças de valores e atitudes, de conscientização da população para uma convivência harmoniosa com os animais.

Enquanto todas as medidas eficazes propostas pela RDPA não são postas em prática, o que se constata no dia-a-dia são animais expostos a práticas cruéis como envenenamentos, atropelamentos, torturas e mutilações. Isso se deve, em grande parte, à insensibilidade humana no que se refere a outras formas de vida sencientes e à falta de atenção dos órgãos públicos às condições básicas de vida dos animais – inclusive os de rua – que se encontram sob nossa responsabilidade.

### 3.3 PROGRAMAS PÚBLICOS INICIADOS

O cidadão que procura acessar o site da Prefeitura da cidade de Curitiba em busca de informações sobre programas ambientais que digam respeito aos animais domésticos, de rua ou domiciliados, encontra algumas dificuldades. Na área de serviços do site, encontra-se um link para os serviços ambientais. Em outubro de 2009 estavam disponíveis 32 serviços, que abrangiam diversos setores de Meio Ambiente, porém apenas três deles mantinham alguma relação com animais e nenhum se relacionava a animais de rua.

O primeiro consistia na disponibilização de palestras sobre animais, aves e peixes, a serem agendadas no Passeio Público da cidade, por aqueles que tiverem interesse no serviço. O segundo dizia respeito às visitas orientadas ao Zoológico e ao Passeio Público, também para agendamento de possíveis interessados. Por fim, o terceiro serviço possibilita a atividade de zooterapia, desenvolvida nos setores de



pediatria de hospitais e entidades, assim como em asilos, para conhecimento e contato com animais domésticos. Pelas informações do site, o serviço de zooterapia inclui também um teatro de fantoches.

Nenhuma ocorrência, porém, é encontrada a respeito dos animais de rua de Curitiba ou sobre serviços de castração gratuitos e controle populacional. Contudo, depois de entrevistas com membros do Centro de Controle de Zoonoses de Curitiba, alunos do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná e com membros da Rede de Defesa e Proteção Animal da cidade (esta, por si só, é uma iniciativa da Prefeitura para discutir ações públicas sobre o tema), constatou-se que o município possui quatro serviços, dois deles permanentes, além de ter realizado uma campanha envolvendo os animais de rua no ano de 2009. Este subcapítulo é dedicado a revelar o conteúdo dessas iniciativas, tão pouco divulgadas.

### **3.3.1 Microchipagem e registro de animais**

Existem diversas maneiras de um animal ser identificado. A mais comum é pela plaqueta de identificação, pendurada na coleira, que geralmente contém o telefone do responsável pelo animal e facilita sua localização em casos de fuga, acidentes e ataques à população e a outros animais. A Prefeitura de Curitiba, por meio da Rede de Defesa e Proteção Animal (RDPA), divulgou, em abril de 2009, um programa de microchipagem (ANEXO 3) para monitoramento de animais sob a responsabilidade de seus donos. O microchip é pouco maior que um grão de arroz, é implantado no animal com uma seringa – semelhante a uma vacina – e contém todas as informações essenciais do responsável e do animal. As informações podem ser acessadas por um leitor eletrônico.

Ainda que seja uma medida destinada a animais sob a guarda de um responsável, excluindo, de modo geral, os animais abandonados nas ruas, o atual

Prefeito da cidade, Beto Richa, afirma que a microchipagem será um programa permanente, construído com parcerias e que trará resultados efetivos, não apenas pontuais. A esperança é de educar a população sobre suas responsabilidades em manter um animal e não abandoná-lo em caso algum.

As parcerias às quais o Prefeito se refere são os convênios assinados entre a RDPA e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Associação Nacional de Clínicas Veterinárias de Pequenos Animais no Paraná e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná. As três instituições terão funções específicas dentro da RDPA.

No convênio assinado com a UFPR, a Prefeitura fica responsável por equipar um ônibus da instituição, que será usado para esterilizar gratuitamente cães e gatos da população de baixa renda, por alunos e professores de Medicina Veterinária da Universidade. A unidade móvel também será usada em ações de educação ambiental relacionadas à guarda responsável, maior objetivo da RDPA. O ônibus está sendo preparado para entrar em funcionamento no início de 2010. Se tudo correr bem, Curitiba será a primeira cidade do Paraná a ter a unidade móvel de castração.

Na tentativa de atingir também aqueles animais de áreas periféricas que, mesmo possuindo um responsável, ficam a maior parte do tempo nas ruas, a Prefeitura pretende contar com o apoio de associações de moradores dessas áreas e de programas assistenciais. Em outubro de 2009, os microchips já haviam sido comprados, a Prefeitura aguardava o processo de licitação para começar a microchipagem voluntária, que terá preço de custo aos interessados.

Além do microchip, os responsáveis têm a opção de fazer o registro do animal pela Internet, pelo site [www.protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br](http://www.protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br). Até o momento (outubro de 2009), dois mil animais foram registrados pelo serviço de cadastramento do site e o serviço será mantido de modo permanente.

### **3.3.2 Totens de propaganda em áreas urbanas**

A propaganda é uma forma de comunicação com grande poder de influenciar as ações da sociedade, sugerindo comportamentos sociais, ajudando a propagar ideias e valores.

Em junho de 2009, a Prefeitura de Curitiba lançou a campanha publicitária intitulada *‘Ele não sabe viver sem você’*, numa tentativa de educar a parte da população que possui animais domésticos a não abandonar seus cães ou gatos nas ruas.

A campanha consistiu na construção de um site eletrônico – [www.elenaovivesemvoce.com.br](http://www.elenaovivesemvoce.com.br) – que contém algumas informações sobre outras campanhas, como o programa de microchipagem e registro de animais, visto anteriormente. No site também é possível encontrar orientações a respeito de como o cidadão deve proceder em casos de maus-tratos a animais e inclui uma parte interativa com variedades (ANEXO 4).

Além do site, foram colocados totens de propaganda (ANEXO 5) em diversas praças públicas de Curitiba e pontos movimentados da cidade. Na foto, um cão com olhos baixos e o nome da campanha aliado a uma orientação direta: *‘ele não sabe viver sem você. Não abandone seu cão nas ruas’*.

Muitas críticas foram levantadas por protetores de animais e organizações não governamentais devido à ideia, à ‘sugestão’ contida no *slogan* da campanha: abandonar os animais na rua. Contudo, os totens ficaram expostos por cerca de dois meses. Atualmente apenas o site está disponível para consulta da população.

### **3.3.3 Convênios para castrações gratuitas**

Para conter o aumento de cães soltos nas ruas, a Prefeitura de Curitiba tem um projeto de castração nas áreas de risco, onde os ataques de cães e as

possibilidades de transmissão de doenças são mais frequentes. O projeto é realizado em parceria com ONGs de proteção animal. Apesar de qualquer ONG poder solicitar a adesão ao convênio, bastando apresentar a documentação necessária, até o presente momento, somente o Projeto Focinhos, a CIA das Pulgas e a Quatro Patas realizam o trabalho em Curitiba e região metropolitana.

A Quatro Patas castrou um total de 8.191 animais, desde agosto de 2004, sendo que deste total, 255 foram castrados no mês de setembro de 2009. A entidade, fundada em junho de 2004, tem o objetivo de castrar animais de pessoas com renda familiar abaixo de mil reais. Em convênios anteriores, entre os anos de 2006 e 2007, a Prefeitura conseguiu esterilizar dois mil animais.

O número de castrações na Quatro Patas é proporcional ao de associados, a quem a ONG envia mensalmente um boleto de cobrança, um boletim detalhado sobre a destinação dos recursos arrecadados e o número de castrações realizadas no mês.

Normalmente o animal é recolhido pelo agente comunitário, que o retira do local e o encaminha para a cirurgia de castração. Após o período pós-operatório, o animal é devolvido para o dono.

Em outubro de 2009, a Associação Vida Animal (AVAN) encontrava-se com os documentos sendo avaliados para adesão ao convênio, portanto a AVAN pode vir a ser mais uma ONG a participar do projeto futuramente.

### **3.3.4 Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba**

O município de Curitiba tem sido contemplado com diversas Leis sobre defesa e proteção dos animais. No entanto, não tem havido a necessária articulação política para que ações públicas efetivas sejam postas em prática na cidade, principalmente no que se diz respeito à esterilização dos animais de rua. O grande avanço foi a abolição do extermínio indiscriminado de cães e gatos, com métodos

cruéis, desde o ano de 2005, mas sente-se a ausência de políticas efetivas e amplas para tratar do problema da superpopulação dos animais de rua.

Alguns Conselhos foram criados desde então para debater o problema e propor soluções. Um deles é o Conselho Municipal de Proteção aos Animais (Comupa), criado em 2005, com o objetivo de promover campanhas de vacinação e esterilização de cães e gatos.

A formação mais recente é a Rede de Defesa e Proteção Animal, criada em abril de 2009, fruto da necessidade de elaborar ações voltadas à proteção e controle da população animal, a fim de minimizar o abandono, maus-tratos, riscos à saúde, além de conscientizar a população da importância do equilíbrio ambiental e do convívio harmonioso dos cidadãos com os animais. Dentre os objetivos da Rede de Defesa e Proteção Animal que dizem respeito aos animais de rua estão:

- 1) Buscar o maior equilíbrio na população animal, diminuindo o índice de abandono e maus-tratos, de modo a prevenir agravos à saúde pública;
- 2) Desenvolver ações de Educação Ambiental sobre a fauna junto à sociedade, buscando-se criar consciência sobre a responsabilidade da guarda responsável dos animais e a necessidade de conservação e respeito à fauna urbana;
- 3) Fomentar ações para adoção responsável de animais abandonados na cidade;
- 4) Elaborar e desenvolver projetos de investigação em parceria com instituições de ensino, pesquisa e de proteção aos animais, para a busca de alternativas ao controle populacional da fauna na cidade.

Subentende-se que a Educação Ambiental para a guarda responsável deve ser a diretriz principal de um plano de defesa e proteção animal. O guardião de um animal doméstico deve aceitar e assumir os seus deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais do seu animal, bem como, a prevenção de riscos para si próprio ou para terceiros (potencial de agressão,

potencial de acidentes de trânsito, transmissão de doenças e contaminação ambiental).

Da mesma forma, baseando-se nos exemplos de países mais experientes nessa questão, o controle da superpopulação de animais de rua só se dá com a implantação de políticas públicas efetivas para a castração em massa de animais, aliadas à educação para guarda responsável. É visando esse quadro que a Rede de Defesa e Proteção Animal da cidade de Curitiba reúne os esforços necessários para a realização de seus trabalhos e proposição de novos projetos.

Pode-se dizer que o estímulo em relação às ações para a guarda responsável pode ser dado de diversas maneiras e por diversos sujeitos sociais. O papel da mídia nesse processo é de fundamental importância a fim de alcançar uma maior quantidade de pessoas que precisam ser envolvidas na questão. O Jornalismo, pela sua capacidade de informar ao mesmo passo que educa, deve participar ativamente deste trabalho. Os veículos de comunicação devem auxiliar na divulgação do problema e de suas causas, do que é preciso ser feito por parte do poder público, quais as consequências do problema para a nossa sociedade e, principalmente, qual a postura que cada cidadão deve ter diante do assunto.

O jornalista pode fazer isso diariamente, incluindo a questão ambiental em pautas diárias, nas mais diversas editoriais. Mas para que o público possa compreender melhor o contexto em que temas complexos como este estão inseridos, o jornalista tem uma opção que é sair da redação dos veículos de comunicação diários e passar a investir num produto que lhe permite maior tempo para pesquisa e para adquirir conhecimento mais profundo do assunto que deseja comunicar. Veremos, na sequência, que o livro-reportagem é o suporte jornalístico ideal para essas situações e, por isso, foi o produto escolhido para detalhar neste trabalho a situação dos animais de rua.

Antes de chegar no formato em si, uma passagem pelo campo da literatura, a fim de entendermos a origem do livro-reportagem. Posteriormente, veremos o

desenvolvimento das correntes jornalísticas que, ao longo da história, contribuíram para compor a reportagem em formato de livro.

## 4 JORNALISMO VERSUS LITERATURA

O formato jornalístico conhecido como livro-reportagem recebeu influências do jornalismo literário, interpretativo e também do chamado *new journalism*, surgindo como resultado da união de diversas correntes jornalísticas. Para melhor compreendê-lo, formularei um breve histórico da relação entre jornalismo e literatura, algumas fases do jornalismo que contribuíram para o amadurecimento do jornalismo literário, procurando resgatar suas características principais que colaboraram para fazer do livro-reportagem um produto de estilo à parte.

### 4.1 UM DEBATE NADA RECENTE

Considerando a história do jornalismo, verificamos que as divisas que o separam da literatura têm tendência a serem muito frágeis. Embora sejam irmãos (pois ambos são frutos das letras e do interesse humano) literatura e jornalismo também possuem características distintas. A literatura trata a linguagem como um fim em si mesma e proporciona subsídios para a humanização dos personagens. Por sua vez, o jornalismo tem na linguagem o objetivo de alcançar um fim maior: a apuração dos acontecimentos e a difusão de informações objetivas a fim de contribuir com a realidade, que nem sempre é elemento principal nas histórias literárias.

Apesar de ambas as atividades compartilharem a palavra como elemento comum na construção de narrativas (visando à construção de uma história), há ainda a questão do tempo de uma – “eterno” na literatura – que a distingue habitualmente da outra – o “efêmero” no jornalismo. Podemos dizer que o jornalismo seria uma espécie de literatura funcional, de simples compreensão, feita para um *consumo* imediato. Segundo o notável escritor brasileiro, Antonio Olinto



(1954), o jornalismo já foi chamado de *literatura sob pressão*, devido às pressões de tempo que recaem sobre os jornalistas e de somente ser possível preencher um espaço limitado nos veículos da imprensa tradicional. Mas para o autor, ainda que as frases tenham de se ajustar a um tamanho previamente estipulado, a produção tenha de ser rápida e a pressão seja constante, o jornalismo tem na sua essência as mesmas possibilidades que tem a literatura, quanto à construção de obras de arte e apesar das diferenças, defende o jornalismo como um gênero literário.

Olinto (1954) afirma ser o jornalista um artista da notícia e a notícia uma obra de arte cotidiana. Atenta para o uso da palavra como ferramenta das duas atividades, que termina por aproximá-las, sendo ela o elemento fundamental quando se fala em contar uma história literária ou jornalística.

O crítico literário Alceu Amoroso Lima (1960) é mais prudente e afirma que nem tudo o que está em livro é literatura e nem tudo o que está em jornal é jornalismo. Enquanto o jornalismo utilizar a palavra como simples utilidade, então será tão pouco literatura como o caso da palavra numa aula de ciência. Para o autor, o jornalismo só pode ser literatura quando empregar a expressão verbal com ênfase nos meios de expressão e não apenas como um fim em si mesma.

LIMA (1960) se propõe a discutir a questão e começa por conceituar a literatura como a “arte da palavra” e ainda afirma que, seguindo esse conceito, tudo pode ser literatura, desde que haja na palavra, entendida como seu meio de expressão, uma ênfase no valor estético. Com isso o autor ressalta quatro características inerentes à prática jornalística que justificam a classificação do jornalismo como um gênero literário único dentro da literatura.

Um importante elemento é a objetividade – traço natural da atividade jornalística. Para o autor *op.cit.* é fundamental que ao aproximar o jornalismo da literatura se mantenha aquelas características que singularizam o jornalismo, sendo uma delas o contato com o fato: a informação do *fato*, a formação do leitor pelo *fato*, o estilo da redação determinado pelo *fato*. Isso deve ser feito sem divagações ou deturpações, caso contrário corre-se o risco de utilizar o fato apenas como

pretexto para generalizações, descaracterizando o toque jornalístico do texto. É preciso que a palavra corresponda ao fato e seja o mais transparente possível, precisamente para revelá-lo e não escondê-lo. A objetividade é, portanto, uma qualidade primordial e que determina, para o autor, as características intrínsecas do estilo jornalístico na literatura.

Existem ainda três outros traços próprios do jornalismo, que LIMA (1960) ressaltava para justificar sua classificação como um gênero da *arte da palavra*: a informação – uma vez que o jornalista é quem aprecia os acontecimentos e leva as notícias ao público –, a atualidade – o jornalista é por natureza um homem do seu tempo, que trabalha com acontecimentos contemporâneos – e, primordialmente, o *estilo* jornalístico – que faz parte daquela ênfase nos meios de expressão, colocados pelo autor como exigência preliminar para o jornalismo ser considerado como literatura, e que compreende a precisão, concisão, clareza, assim como o estilo pessoal aprimorado por cada jornalista.

Sintetizando seu raciocínio, LIMA (1960) afirma que o jornalismo é um gênero literário pela marca específica de ser uma apreciação *em prosa* dos acontecimentos, dos fatos. Por acontecimentos não entendemos apenas os grandes fatos históricos, mas tudo o que faz a trama do cotidiano, da própria vida, tanto individual como social.

Feita a exposição dos argumentos a favor da aproximação do jornalismo à literatura, Alceu Amoroso Lima abre o leque dos gêneros e coloca o jornalismo como Literatura de Comunicação, justamente por possuir as características reveladas no parágrafo anterior. Para ele, jornalismo não é literatura pura, na qual a palavra vale apenas como palavra, mas está inserido na Literatura de Comunicação, cuja nota predominante é precisamente levar ao outro uma mensagem, agir sobre alguém, transmitir alguma coisa. O jornalismo tem sempre um fim que transcende ao meio. Trata-se de saber então o modo como o jornalista emprega a palavra, pois sempre que empregá-la como puro meio de alcançar um fim alheio, não será literatura.

#### 4.1.1 Jornalismo em livros e Literatura em jornais

A discussão dos autores em estudo acerca do jornalismo ser, ou não, considerado um gênero literário já é bem antiga. As duas atividades confundem-se basicamente até o início do século XX. Naquela época os jornais usavam linguagem literária, publicavam suplementos literários e folhetins que não se enquadravam propriamente no estilo jornalístico. Ainda assim, o período iniciado em 1830 foi conhecido como sendo do Jornalismo Literário, pois os jornais estimulavam e divulgavam a literatura da época.

Para justificar o porquê dessa fase ter sido denominada “*jornalismo*” literário, a pesquisadora Isabel Travancas (2001) vai de encontro às ideias de Amoroso Lima. Ainda que houvesse publicação de romances e folhetins (que são produtos óbvios da literatura), e dos jornais trazerem textos subtraídos de objetividade e concisão – características marcantes do jornalismo do século XX – a autora subentende que aquilo que se é publicado em jornal leva, portanto, jornalismo no nome, mesmo não tendo qualquer característica própria da função.

O século XIX continuou marcado pelo entrosamento harmonioso entre as duas atividades aparentemente bem distintas. Em um momento era o jornalismo a se apoiar na literatura, no outro o oposto também acontecia: obras literárias exerciam funções do jornalismo. Um dos maiores nomes da corrente do *new journalism* (a ser discutido posteriormente) Tom Wolfe, passou a classificá-las como “literatura da realidade”, isto é, obras literárias que transmitiam a realidade do seu tempo, mas em que autores assumiam o papel de repórteres. Charles Dickens, Fiódor Dostoiévski e Mark Twain são produtores do *realismo social literário*, pois se apropriaram de cenas do cotidiano, descreveram com precisão personagens, locais, costumes e produziram um retrato muito fiel da realidade. Essas características permitiram que suas obras se aproximassem do que é atribuído normalmente à prática jornalística.

O realismo social na Europa termina quando o romance adquire mais liberdade de criação, uma temática mais mística e que não se relaciona a fatos cotidianos. O jornalismo ficou, então, naquele momento da história europeia, com a tarefa de relatar o factual e informar sobre a realidade. Este fato ganhou ainda nova dimensão com a Revolução Industrial e o surgimento da “empresa jornalística”, que se inseria no sistema capitalista e objetivava o lucro por meio da venda em grande quantidade de exemplares.

No Brasil, o realismo social apareceu anos mais tarde, paralelamente ao jornalismo literário, e pôde ser impecavelmente representado em uma obra em especial. Em 1902, foi publicado um clássico da literatura nacional e que também é visto hoje como um clássico do jornalismo literário, ainda que não tenha recebido esse título na época. *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ultrapassa os limites da literatura e avança no campo jornalístico. A obra retrata um fato histórico (Guerra de Canudos), onde é possível destacar elementos do jornalismo literário nas técnicas de captação das informações, na imersão do autor na realidade reportada, na descrição dos diferentes ambientes, assim como no uso do ritmo narrativo característico das grandes reportagens.

De volta à Europa, tudo indicava que a separação tivesse sido consolidada pela Revolução Industrial, porém o que se percebeu na realidade foi uma nova aproximação entre jornalismo e literatura. Dessa vez, o interesse ficou com os literários: por ser capaz de atingir um elevado número de leitores, muitos escritores da época começaram a ver no jornal impresso industrialmente um veículo de oportunidades e de prestígio. Dedicaram-se, então, ao envolvimento de suas obras com a produção inovadora do jornal. No Brasil, escritores como Machado de Assis e Olavo Bilac acreditavam que o jornal pudesse projetar suas criações e possibilitar reconhecimento aos seus trabalhos.

Alceu Amoroso Lima (1960) sintetiza a questão dizendo que o jornalista bebe na fonte da literatura, absorvendo elementos do fazer literário e direcionando-os a outro fim. Em um segundo movimento, é a literatura que

descobre no jornalismo uma fonte para reciclar sua prática: a representação do real efetivo e a incorporação de um estilo claro, simples e preciso.

Assim, apesar de dissonante, a inter-relação entre jornalismo e literatura mostra-se fundamental para a manutenção, transformação e renovação de ambos. A convivência se dá em harmonia, sem prejudicar princípios e limites próprios de cada área.

## 4.2 JORNALISMO INTERPRETATIVO

A superficialidade e a pressa que acompanham os trabalhos no jornalismo diário nem sempre permitem que seja dispensada maior atenção ao detalhamento das pautas e à investigação das situações mais controversas, o que pode comprometer a qualidade da matéria veiculada. Nesses casos, ganha-se em tempo e praticidade, mas perde-se na análise das causas e consequências dos fatos, que contribuem substancialmente para a efetiva compreensão da realidade reportada.

Matérias polêmicas, que questionam valores tradicionais e a cultura vigente, geram muita discussão por parte da sociedade e, por vezes, são deixadas em segundo plano por não ser possível a veiculação do assunto de maneira rápida e factual. As matérias jornalísticas que não se enquadram nas fronteiras do imediato exigem uma abordagem diferenciada, em que seja contemplada a complexidade do contexto em que estão inseridas, ultrapassando os recursos e limites de tempo do jornalismo diário.

A interpretação dos fatos é, ou deveria ser, uma das características básicas do Jornalismo. O jornalista deve realizar uma análise preliminar e selecionar criticamente os fatos, o que não é tarefa fácil. Interpretar exige discernimento e compreensão dos assuntos, principalmente do contexto em que estão inseridos.

Até chegar ao estilo interpretativo, a história do jornalismo passou por outras fases. A primeira delas pode ser caracterizada como jornalismo de estilo

opinativo e ideológico, que ocorreu entre os anos de 1900 a 1920, e se firmou pelo excesso de adjetivos nos textos, pelo nariz de cera abrindo reportagens longas com pouco apoio fotográfico. Era um jornalismo a serviço de ideias políticas e lutas ideológicas; pouco informativo e excessivo em comentários.

O jornalismo informativo surge na segunda fase, dos anos 1920 a 1980, a era dos manuais de redação e do imperativo do lead. O estilo se apoia de modo fundamental na narração de fatos e acontecimentos (principalmente durante a Grande Guerra), e visa transmitir informações com eficácia e economia de palavras, se opondo assim ao estilo anterior.

Compreendia a cobertura diária de informações, que envolvia o *hard news*. Para o pesquisador e jornalista Luiz Beltrão, um dos subgêneros fundamentais do jornalismo informativo é a notícia, que ele compreende como “a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer, em qualquer campo de atividade e que, no julgamento do jornalista, interessam ou têm importância para o público a que se dirigem” (BELTRÃO, 1969, p.82).

Para dar maior qualidade às notícias do estilo informativo surgem, ainda nessa época, as primeiras iniciativas no campo do jornalismo interpretativo, que tem a função de ampliar a informação dada pela notícia, recuperando sua historicidade e impactos provocados na sociedade. Trata-se então, como o nome expressa, de um gênero que busca interpretar acontecimentos e dados, apresentando uma visão mais ampla dos temas tratados (BAHIA, 1990). Beltrão (1969) classificou o texto do jornalismo interpretativo como *reportagem em profundidade*.

As primeiras iniciativas no campo do jornalismo interpretativo foram representadas inicialmente pela revista Time, dos Estados Unidos, em 1923. Esta se voltou para os bastidores da notícia, buscou as conexões entre os acontecimentos, favorecendo assim a compreensão aprofundada da realidade por meio de reportagens.

No Brasil, a grande reportagem também apareceu como novo estilo jornalístico na década de 20 (características do jornalismo literário dessa época são apresentadas na sequência). O jornalista João Paulo Alberto Coelho Barreto iniciou, no Rio de Janeiro, uma nova maneira de coletar informações. Ele não só entrevistava as fontes, mas dedicava-se também à observação atenta da realidade. Essa técnica seria amplamente utilizada no jornalismo interpretativo brasileiro a partir da década de 60. Nas produções de Barreto podiam-se notar os preceitos da grande reportagem, por meio das técnicas de captação, pela descrição sugestiva dos ambientes, pelo modo como o tema era abordado.

Passado o impulso das duas primeiras décadas do século XX, a história da reportagem, no Brasil, teve pouca evolução. Os autores Edvaldo Pereira Lima (2004) e Cremilda Medina (1988) concordam nos motivos para esse fato: a repressão imposta pelo regime do Estado Novo, com sua censura rigorosa, que inibia qualquer manifestação questionadora da imprensa. Algumas revistas, como Diretrizes e O Cruzeiro, se arriscavam produzindo um trabalho de grande importância para o jornalismo interpretativo.

O texto interpretativo sempre foi utilizado no meio impresso com mais frequência – embora não com exclusividade – em cadernos especiais, revistas e suplementos. Isso se deve à periodicidade dessas publicações que, sendo divulgadas semanal, quinzenal ou mensalmente oferecem ao jornalista mais tempo para a investigação dos fatos, para a ampliação das fontes consultadas, para o cruzamento e análises dos dados coletados e para a adoção de uma narrativa mais criativa.

Atualmente, alguns representantes do jornalismo interpretativo são a Revista Veja (1968), a Caros Amigos (1997) e a Revista Piauí (2006). Diante da concorrência da televisão e da Internet, as publicações impressas tiveram de mudar e oferecer mais detalhes ao leitor. O uso da cor e da imagem como recurso gráfico é parte integrante do novo jornalismo interpretativo, assim como uma diminuição no tamanho dos textos, a fim de manter o leitor na reportagem.

### 4.3 JORNALISMO LITERÁRIO

Como visto previamente, o realismo social apontado por Wolfe produziu obras de narrativa jornalística que empregaram recursos literários. O jornalismo literário é uma maneira pessoal e subjetiva de fazer jornalismo. Diz-se da matéria jornalística que não contém apenas a informação, mas também um estilo próprio, maior liberdade de criação, metáforas e outros recursos literários.

Os anos do pós Primeira Guerra já começaram a produzir no Brasil o campo ideal para o jornalismo sair do estilo duro, seco e demasiadamente objetivo do jornalismo da guerra. Fez-se necessário humanizar a atividade, sair da padronização industrializada, fugir do *lead* para buscar um texto com mais impressões, que permitisse maiores detalhes e, inclusive, emoções. Como visto anteriormente, *Os Sertões* foi a obra precursora desse estilo no Brasil.

Em 1919, o correspondente de guerra John Reed publicou *Dez dias que abalaram o mundo*, um marco no jornalismo literário americano. O livro inova na área jornalística, trazendo as impressões do narrador sobre o nascimento da Revolução Russa. Além dele, outros jornalistas de guerra usaram seu talento literário para melhor transcrever o contexto e os ambientes pesados para onde foram enviados. Reed (2002) descreve, numa passagem de seu livro, o cenário de um momento da guerra: “pessoas, pobremente vestidas, esperando o dia inteiro nas ruas brancas de gelo do inverno russo”, fazendo o leitor não apenas receber a informação, mas também visualizar o ambiente em que se passava.

No Brasil, as revistas também foram importantes protagonistas no campo do jornalismo literário. Três delas merecem destaque: Diretrizes, O Cruzeiro e A Realidade.

Diretrizes foi lançada no Rio de Janeiro, em 1938 por Samuel Wainer e, com o sucesso, em breve se tornaria jornal semanal. Seu editorial era basicamente voltado para as áreas de economia, política e cultura, difíceis de serem abordados num Brasil que recém vivia a implantação do Estado Novo. Para evitar conflitos, o



jornal mantinha uma postura independente em relação à política, sem mencionar apoio a Getúlio Vargas.

A revista conseguiu reunir grandes nomes, como Otávio Malta, Jorge Amado, Francisco de Assis Barbosa, Rubem Braga e também Joel Silveira, que mais tarde contribuiria para *O Cruzeiro*, revista que disputava não só o público leitor, mas também os melhores profissionais do Rio de Janeiro.

Após a queda da ditadura e o fim da Guerra, houve uma rápida modernização técnica na imprensa brasileira, acompanhada de um período de relativa liberdade, que viria a fortalecer novamente as reportagens.

Apesar de fundada no fim dos anos 20, *O Cruzeiro* atingiu seu auge na década de 50, transformando-se em uma das publicações de maior circulação do país. Nasceu no berço dos Diários Associados de Assis Chateaubriand e ficou conhecida pelas grandes reportagens, crônicas, pelos artigos, contos, pelas poesias, entrevistas, por falar de cinema, humorismo e assuntos femininos, tendo fotografias e ilustrações em destaque. FARO (1999) relembra que *O Cruzeiro* conseguiu a extraordinária associação do refinamento intelectual com a prática da reportagem viva e instigante, que muitas vezes conseguiu paralisar o país. Quando o Brasil era um país de apenas 50 milhões de habitantes, a revista conseguiu atingir uma tiragem de até 720 mil exemplares.

No ritmo d'*O Cruzeiro*, surgiu a revista *A Realidade*, de 1966. A publicação da editora Abril teria a curta existência de quatro anos, devido à repressão militar, mas iniciaria uma série de experiências jornalísticas revolucionárias. Contando com repórteres renomados na época, usou-se da ousadia experimental do *new journalism* que nem mesmo o endurecimento da ditadura militar sufocaria facilmente.

Mais recentemente, surge o *Jornal da Tarde*, que ganhou destaque por reunir conteúdo jornalístico com linguagem plástica, criatividade literária e fundo interpretativo (LIMA, 2004, p.177). Devido ao tamanho de suas reportagens,

posteriormente muitas foram publicadas em forma de livros, a maioria lançado pela editora Alfa-Ômega nos anos 70.

#### 4.4 *NEW JOURNALISM*

Ora retratado como um período específico do jornalismo norte-americano, ora como um movimento literário-jornalístico que se refletiu no mundo todo, o importante é ressaltar que o new journalism não se trata de um gênero absolutamente inédito. Ele faz parte da evolução do jornalismo que sempre buscou inspiração na literatura, passando pela fase do realismo social, da literatura de relato e das manifestações literárias com caráter factual e informativo.

Para o teórico Felipe Pena (2006), o termo surgiu pela primeira vez em 1887, ironicamente, para desqualificar o jornalista britânico William Thomas Stead, editor da Pall Mall Gazette. Stead era engajado nas causas sociais e para recriar a atmosfera das suas entrevistas, ele fazia reportagens participativas. Certa vez chegou a *comprar* uma menina de 13 anos da própria mãe – o que lhe rendeu dois meses na cadeia – apenas para denunciar a prostituição infantil. A proeza lhe conferiu a fama de inconsequente e seus colegas trataram logo de taxá-lo de “new journalist” – ou “novo jornalista”, no Português. Felipe Pena explica que na época o apelido significava “cabeça oca” ou cérebro de passarinho.

Tom Wolfe (2005) insere um novo argumento para o surgimento do new journalism em sua obra *The New Journalism*, que ficou conhecida como o “manifesto” do new journalism. Para ele, tudo começou nos anos 60, quando uma curiosa ideia, “quente o bastante para inflamar o ego”, se insinuou nos estritos limites das reportagens especiais. De acordo com Wolfe, tinha um ar de descoberta, segundo a qual se poderia dizer que talvez fosse possível escrever o jornalismo para ser lido como um romance.

As excentricidades dessa fase combinam com o contexto em que estava mergulhado o país: os Estados Unidos viviam o movimento *hippie* e vislumbravam imenso desprezo pelos valores e conceitos conservadores.

Edvaldo Pereira Lima (2004) explica que o jornalismo literário já existia antes do new journalism e continuou a existir muito depois. Para ele, o new journalism foi apenas uma versão específica do jornalismo literário, bem mais radical quanto à capacidade do narrador se envolver com o universo sobre o qual vai escrever. Foi a chance do jornalismo de se igualar, em termos de narração, à literatura, aperfeiçoando seus meios sem perder a especificidade. O autor considera que o new journalism veio resgatar os conceitos de jornalismo literário para conduzi-lo a uma “cirurgia plástica” renovadora e sem precedentes. Para Gay Talese (2004), ele permitiu uma abordagem mais imaginativa da reportagem, possibilitando ao autor inserir-se na narrativa, como fazem os escritores, ou então assumir o papel de um observador neutro.

Os “novos jornalistas” começaram a escrever reportagens não factuais em jornais americanos como Herald Tribune, Daily News e The New York Times; passaram às revistas semanais vinculadas a algum periódico e seguiram para revistas independentes, como The New Yorker e Esquire.

Tom Wolfe conta como se dava toda essa excitação artística na época:

“...eles tinham desenvolvido o hábito de passar dias, às vezes semanas, com as pessoas sobre as quais escreveriam. Tinham de reunir todo o material que o jornalista convencional procurava – e ir além. Parecia absolutamente importante estar ali quando ocorressem cenas dramáticas, para captar o diálogo, os gestos, as expressões faciais, os detalhes do ambiente. A ideia era dar a descrição objetiva completa, mais alguma coisa que os leitores sempre tiveram de procurar em romances e contos especificamente, a vida subjetiva ou emocional dos personagens.” (WOLFE, 2005, p.37)

Por fim, o livro-reportagem veio a ser o suporte pelo qual esses profissionais puderam expressar melhor as ideias do new journalism, fazendo com que o “movimento” chamasse a atenção dos literatos.

Foram expoentes do new journalism nomes como Truman Capote, cuja obra *A Sangue Frio* é tida como um marco do movimento, Norman Mailer, John

Sack e Tom Wolfe, contemporâneos de diversos outros jornalistas que se submetiam, muitas vezes, a extremos a fim de conseguir uma boa reportagem.

O new journalism recebeu diversas críticas de literatos e jornalistas mais conservadores. Seu declínio se dá na década de 70, quando movimentos contra-cultura começam a aflorar e cessam com sua fonte de inspirações. Em contrapartida, o jornalismo literário continua vivo até hoje em publicações periódicas, livros-reportagem e documentários televisivos e cinematográficos. Bons exemplos internacionais são a revista norte-americana *Esquire* e as edições de final de semana do jornal espanhol *El País*. No Brasil, destaca-se o jornalista José Hamilton Ribeiro e suas contribuições para o programa televisivo *Globo Rural*.

LIMA (2004) afirma que o veículo por excelência do jornalismo literário, porém, é de fato o livro-reportagem. O mercado editorial do Brasil conta com uma infinidade de títulos nessa categoria. Para o autor, há uma tendência crescente pelo resgate do jornalismo literário, na medida em que crescem as críticas ao modo ineficaz e pouco atraente, narrativamente, com que parte da imprensa tradicional cobre o mundo contemporâneo.

## 5 O LIVRO-REPORTAGEM

O jornalismo contemporâneo existe como um dos instrumentos da civilização humana mediante o qual as pessoas são informadas do que acontece no mundo. Seu papel principal é relatar os acontecimentos de interesse público, reproduzindo a realidade concreta, factual, a fim das pessoas poderem se orientar em relação ao fluxo dinâmico da nossa era.

O instrumento básico para o relato jornalístico é a notícia, forma de comunicação que condensa a reprodução dos fatos sociais. Porém, há temas que requerem abordagem mais ampla e para isso o jornalismo desenvolveu, ao longo do tempo, uma forma de mensagem mais rica, que é a reportagem. Diferente da notícia, a reportagem oferece o contexto do fato, traduz o ambiente onde ele ocorre, procura explicar suas causas e indica rumos que poderá tomar.

O relato dos acontecimentos implica a identificação das pessoas que participam dos assuntos abordados, a localização das ações sobre as quais o relato se debruça, a circunstância temporal do momento das ocorrências, tudo amarrado a uma preocupação com a atualidade.

A reportagem visa oferecer uma mensagem de linguagem mais solta e dar um tratamento de profundidade aos acontecimentos. Porém, a velocidade de produção da imprensa cotidiana, o enxugamento dos espaços disponíveis nos jornais, o interesse de grandes empresas jornalísticas em reservar espaço e tempo para o conteúdo comercial, tudo isso contribui para que sobre cada vez menos espaço e tempo para a reportagem, bem como para a sua versão por excelência, que é a *grande* reportagem. A alternativa é a elaboração das grandes reportagens em forma de livro.

Edvaldo Pereira Lima (1998) define o livro-reportagem como um veículo de comunicação não periódico, um produto cultural contemporâneo, cuja função é de ampliar o trabalho da imprensa cotidiana, concedendo uma sobrevida aos temas tratados pelos jornais, revistas, emissoras de televisão ou rádio. Penetra em

campos desprezados ou superficialmente tratados pelos veículos jornalísticos periódicos.

O livro-reportagem escapa de alguns antigos preceitos do jornalismo tradicional, sendo que um deles é o costume de tratar somente do que é atual. A imprensa cotidiana não considera que quando se quer abordar um assunto de maneira completa, é preciso mergulhar no passado recente para entender os efeitos que persistem no presente.

Uma falha que se percebe com frequência nas reportagens de veículos periódicos é que a concepção básica de mundo limita-se a uma obsoleta noção linear de causa e efeito. O determinismo impera, os fatos reinam, mas não aparecem os fatores que antecedem e condicionam os fatos. O livro-reportagem foge também dessa limitação.

Ao organizar a pauta das reportagens atendo-se puramente aos fatos consumados, o jornalismo adota apenas uma postura passiva diante da realidade. Não assume uma desejável atitude pró-ativa, de antecipação e compreensão multidimensional da contemporaneidade. Assim, deixa de cumprir a nobre missão de auxiliar verdadeiramente o público a compreender globalmente o que acontece no mundo contemporâneo.

A grande reportagem em livro evoluiu muito a partir do new journalism, assunto que vimos anteriormente. Graças à criatividade dos autores daquele período, gerações seguintes de jornalistas puderam avançar em muito a prática do livro-reportagem.

Para LIMA (1998), o livro apresenta tanto um aprofundamento extensivo quanto intensivo da realidade. Na abordagem extensiva, o número e a qualidade dos detalhes enriquece a narrativa, conduzindo-a para um grau de informação superior ao dos veículos cotidianos. Na intensiva, a verticalização dinamiza a compreensão do tema focalizado pela reportagem, inserindo-o precisamente no contexto contemporâneo.

LIMA faz uma esquematização da abrangência do livro-reportagem:

“Em termos espaciais, no centro de tudo encontra-se o fato nuclear que desperta o interesse da cobertura jornalística. Em torno, na primeira esfera, está o espaço geográfico imediato dessa ocorrência. Numa segunda esfera, maior, encontra-se um fato secundário e um espaço geográfico adicional relacionado ao acontecimento central. Numa terceira, mais afastada da primeira, estão os efeitos, as repercussões mais importantes. Na quarta, está o espaço psicológico extra, mais sutil, onde o acontecimento da primeira esfera também provoca ressonância”. (LIMA, 1998, p.30)

Cada uma dessas esferas concentra um número de ações, de personagens, de detalhes, de cenários e ambientes, de climas psicológicos que configuram um acontecimento. Quanto mais força e repercussão tem um acontecimento, maior o número de esferas adicionais afetadas. Para LIMA (1998), quanto maior o número de esferas envolvidas, tanto maior a possibilidade de a narrativa evoluir de uma simples nota para a notícia, para a reportagem, para o livro.

## 5.1 CONSTRUINDO A GRANDE REPORTAGEM EM LIVRO

A construção da grande reportagem passa pelas etapas de pauta, captação, redação e edição. As funções de cada uma são basicamente as mesmas do jornalismo praticado no cotidiano, porém muito mais abrangentes.

A pauta do livro-reportagem não fica restrita aos temas de moda abordados pelos jornais, pois essa pauta possui uma série de liberdades que seriam inconcebíveis na imprensa periódica. LIMA (1998) classifica os diversos tipos de liberdades em: temática, angulação, fontes, temporal, eixo de abordagem e liberdade de propósito.

A liberdade temática do livro-reportagem está em não se pautar apenas no factual, portanto não está preso à atualidade. A liberdade de angulação permite maior participação do autor e independência em relação à ótica dos jornais. A liberdade de fontes não concentra as entrevistas apenas com as fontes consagradas sobre o tema, pode-se abrir um leque que abrange vozes diversas. A liberdade temporal não se vincula ao compromisso com a atualidade, mas com a

contemporaneidade. A liberdade do eixo de abordagem permite que sejam abordadas questões que contextualizam os fatos e a liberdade de propósito permite que o tempo não interfira na construção da mensagem e concede ao livro a possibilidade de oferecer um excelente patamar de compreensão do assunto.

A etapa de captação de informações para a reportagem do livro também compreende opções mais diversas. Sem estar atrelado à rotina industrial dos veículos periódicos, o livro-reportagem tem a possibilidade de experimentar novas formas de captação sem ser pressionado por prazos. O jornalista fica à vontade para experimentar novos procedimentos, que exigem mais tempo do que a imprensa periódica geralmente está interessada em dispensar para cobrir um assunto. LIMA (1998) enumera algumas formas de captação muito utilizadas em livros-reportagem. Elas não se restringem, entretanto, somente a este veículo. Qualquer repórter pode – e deve – fazer uso dessas técnicas para construir uma grande reportagem.

*Entrevista de compreensão:* a entrevista é o carro chefe do livro reportagem. Sem entrevistas não há como se construir boas histórias. A entrevista desponta no livro como uma forma de expressão em si, dotada de individualidade, força, tensão, drama, esclarecimento, emoção, razão e beleza.

*Histórias de vida:* este recurso é muito utilizado para dar um aspecto mais humanizado ao livro. Aparece sob a forma de depoimento direto ou reprodução de diálogo entre o entrevistador e o personagem.

*Observação participante:* essa modalidade se caracteriza por representar não só o real, mas também o sensório, os detalhes simbólicos. Teve seu ápice na década de 60, quando os Estados Unidos viviam um processo de transformação social, comportamental e no campo das artes. Esse movimento de inovação foi o new journalism, cujas características foram retratadas anteriormente. O new journalism levou ao ápice a observação participante no livro-reportagem, porque seu processo de captação atingiu um nível até então só presenciado na melhor



literatura de ficção de memoráveis autores como Dickens, Balzac, Gogol e Dostoievski.

*Memória*: esse recurso é entendido como o resgate de riquezas psicológicas e sociais.

*Documentação*: aplica-se tanto ao jornalismo cotidiano quanto ao livro-reportagem, entretanto é mais aprofundada no livro. LIMA (1998) faz uma crítica à documentação nos livros-reportagem brasileiros. Para ele, os jornalistas não se preocupam muito com esse recurso, preferindo entrevistas a uma pesquisa de campo mais abrangente, com observações diretas e outras formas de captação. Há algumas exceções, como Fernando Moraes, que para escrever *Olga* realizou pesquisa documental recorrendo a instituições de seis países, consultou periódicos nacionais e estrangeiros e tomou depoimento com mais de 20 fontes vivas no Brasil e no exterior.

Uma das principais características do livro-reportagem é a narrativa trabalhada em profundidade. De acordo com LIMA (1998), a profundidade pode se dar horizontalmente, verticalmente ou numa mescla de ambos.

“O aprofundamento é horizontal quando o leitor é brindado com dados, números, informações, detalhes que ampliam quantitativamente sua taxa de conhecimento do tema. O aprofundamento é vertical quando o leitor é alimentado de informações que lhe possibilitem aumentar qualitativamente sua taxa de conhecimento. Isto é, existe uma análise multiangular de causas e consequências, de efeitos e desdobramentos, de repercussões e implicações”. (LIMA, 1998, p.37)

Ainda na construção da narrativa, é mais comum o emprego do ponto de vista em terceira pessoa, ao estilo do narrador *onisciente neutro*. Em primeira pessoa ocorre o uso do foco denominado *narrador-protagonista*. Outros pontos de vista também utilizados são o *onisciente intruso* – em que o narrador insere comentários na narrativa –, o ponto de vista *autobiográfico em terceira pessoa*, o *monólogo interior* e o *fluxo de consciência*.

Além de se distinguir de publicações da imprensa periódica, o livro-reportagem se distingue das demais publicações classificadas como livro. Essa

diferenciação se dá por meio do conteúdo, do tratamento e da função do livro-reportagem.

Quanto ao conteúdo: o objeto de abordagem do livro-reportagem corresponde ao real. A veracidade e a verossimilhança são fundamentais. Mas como visto, nem sempre o conteúdo do livro-reportagem refere-se ao factual: há livros que aproveitam um fato de repercussão atual para explorá-lo com maior alcance, como também há aqueles que não se limitam ao atual e buscam trazer explicações para as origens e repercussões de temas do passado.

Quanto ao tratamento: a linguagem, a montagem e a edição do texto devem seguir a linguagem jornalística. Há uma preocupação não apenas com a produção de um texto atraente, mas também com a plástica do livro – sua diagramação, ilustrações, fotografias.

Quanto à função: o livro-reportagem pode servir desde a função de informar, orientar e explicar, quanto de fazer uma análise mais aprofundada e complexa da realidade. O objetivo é oferecer um quadro de contemporaneidade capaz de situar o leitor diante das múltiplas realidades e de lhe mostrar o significado do mundo contemporâneo. Nesse caso, o livro-reportagem contextualiza o tema para o leitor e faz uma leitura sistêmica da realidade.

O livro-reportagem como suporte está em expansão e ocupa, em maior ou menor grau, um espaço próprio de importância no mercado editorial, variando, de país a país, conforme a maturidade do setor. O jornalismo praticado tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, em termos de livro-reportagem, apresenta, em geral, uma qualidade de grande equilíbrio entre a densidade do conteúdo, em termos de verticalização e profundidade de tratamento, e a elegância de estilo com que a forma expressiva da reportagem se dá.

De acordo com LIMA (1998), a produção norte-americana tem maior diversidade temática dos títulos, utiliza com maior intensidade o jornalismo literário e dá mais importância às reportagens centradas basicamente em pessoas, principalmente pessoas anônimas.

No Brasil, alguns poucos trabalhos abordam o tema com amplitude. A tese de doutorado de Edvaldo Pereira Lima, que gerou o livro “Páginas Ampliadas”, é um dos trabalhos mais completos sobre o tema, uma vez que vincula o livro-reportagem ao jornalismo literário e argumenta sobre a necessidade do repórter desenvolver sua intuição, seu faro jornalístico e de se envolver com o tema.

Em relação à produção das obras no Brasil, LIMA (1998) acredita que haja um grande potencial, e que o livro-reportagem poderá ser a ponta-de-lança para o desenvolvimento de um jornalismo holístico, que busca uma abordagem contextual e dinâmica da realidade, podendo atingir um nível excelente de qualidade estilística e temática, colocando-se em patamar compatível com o romance de ficção.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base neste estudo e em contato com o cotidiano dos animais abandonados, foi possível conhecer o trabalho e um pouco da personalidade de pessoas como o Dr. Sergio Luiz Cordoni – promotor do Ministério Público de Curitiba –, Marcos Traad – coordenador da Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba –, Soraya Simon – atual presidente da Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba –, Dona Helena, Seu Francisco e Julia – todos voluntários da Sociedade – e outras pessoas que contribuíram com indicações de fontes, explicações sobre procedimentos veterinários e jurídicos, que de alguma forma ajudaram a contar as histórias do livro-reportagem fruto deste trabalho. As informações foram editadas de modo a explicar, com ênfase nos problemas do dia a dia, qual o apoio fornecido pela Prefeitura aos animais encontrados em situação de abandono, que orientações são fornecidas aos cidadãos que buscam ajuda para atos de maus-tratos pelo serviço telefônico 156 e o papel paralelo das ONGs em cuidar desses animais enquanto um programa efetivo de controle não é implantado.

Este trabalho tentou colocar a cidade de Curitiba para ser entendida como um espaço de vida. Nesse espaço convivem animais humanos e não humanos. Partiu-se do princípio que a busca de uma convivência harmoniosa entre as diversas espécies deve ser a tônica de um pensamento moderno, devendo ser praticada pelos gestores públicos. Humanizar uma cidade e torná-la ecologicamente correta é estabelecer uma agenda ambiental que inclua, de fato, os animais que compartilham com os humanos o espaço urbano. Não se pode mais admitir práticas cruéis no trato com os animais e muito menos pensar em seu extermínio quando a situação foge do controle, visando somente benefícios ao ser humano.

Conclui-se que as soluções para todos os problemas que os envolvem devem sempre levar em conta a necessidade de sensibilizar e educar a sociedade

para a convivência respeitosa com os demais seres. Uma nova consciência deve ser assumida: a de que *todos* os seres têm direito à vida, à liberdade e à expressão de comportamentos próprios de sua espécie. Portanto, devem ser tratados com dignidade. Somente o esforço coletivo e coordenado dos vários segmentos da sociedade envolvidos na problemática poderá dar respostas aos anseios da população de Curitiba, cujos cidadãos desejam e necessitam ter um convívio mais saudável com seus animais de estimação.

Verificou-se que as iniciativas da Prefeitura da cidade ainda são bastante tímidas, que as mortes indiscriminadas dos animais recolhidos das ruas só foram interrompidas devido à pressão da Ação Civil do Ministério Público e que a vida dos animais depende, fundamentalmente, do resultado desta Ação. Enquanto ela não é julgada, aqueles que se encontram abandonados ficam sujeitos a todos os tipos de crueldade e indiferença dos seres humanos.

O direito à vida desses animais é defendido, incansavelmente, por grupos de cidadãos que realizam trabalhos de proteção e defesa, que contribuem no resgate, no tratamento e nas adoções dos animais, assim como na educação da população para a posse responsável. Alguns dos animais retirados das ruas por protetores independentes e por membros de ONGs encontram a sorte de serem adotados, tratados e estarem a salvo do destino incerto no Centro de Controle de Zoonoses. Outros, apesar de terem sido resgatados e tratados, permanecem à espera de um lar, sem a certeza de um abrigo permanente nem de verem-se livres de uma morte cruel. É com base nesse cenário que o livro-reportagem foi construído, buscando transmitir a diversidade de situações em que esses animais podem ser encontrados.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BELTRÃO, L. **A imprensa informativa**. São Paulo: Folco Masucci, 1969. Coleção Mass-Media, vol.1.

BEM PARANÁ. **Curitiba tem cerca de 450 mil cães**. Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.bemparana.com.br/index.php?n=109872&t> Acesso em 02/06/2009.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei nº 24.645 de 10 de julho de 1934**: dispõe sobre medidas de proteção aos animais. Diário Oficial da União de 14 de julho de 1934, Rio de Janeiro.

BRASIL. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 1998, Brasília.

BUENO, W. **Curso de comunicação e jornalismo ambiental**. Aula 5. 2005. Disponível em <http://www.comtexto.com.br/comjormaaulas.htm>. Acesso em 29/09/2009.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

\_\_\_\_\_. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, A. (org). **Meio ambiente no século 21**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CURITIBA. Ministério Público. **Ação Civil Pública**. Distribuição n.7020/2004. Processo n.26327/0000. Curitiba, 2004.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FARO, J. S. **A imprensa brasileira e a revista Realidade**. São Paulo, 1999. Disponível em: [www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/14gt/José%20S.rtf](http://www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/14gt/José%20S.rtf) Acesso em 11/09/2009.

FROME, M. **Green Ink**: an introduction to environmental journalism. Salt Lake City: University of Utah Press, 1998.

GEROLOMO, M. **Animais de rua**. Curitiba: RPC, 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.58, 1995.

HAECKEL, E. **Ecologia**: ecossistema e cadeia alimentar. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/ciencias/ecologia/ecologia.html> Acesso em 19/07/2008.

LIMA, A. A. **Jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LIMA, E. P. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. São Paulo: Manole, 2004.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2ed. São Paulo: Summus, 1988.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLINTO, A. **Jornalismo e literatura**. Rio de Janeiro: Ouro, 1954.

OMS. **8º Informe**. Genebra, 1992.

PENA, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

REED, J. **Dez dias que abalaram o mundo**: história de uma revolução. São Paulo: Ediouro, 2002 p.86.

TALESE, G. **Prefácio do autor**. In: \_\_\_\_\_. Fama e anonimato. São Paulo: CIA das Letras, 2004.

TRAVANCAS, I. **O livro no jornal**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas, 1978.

WOLFE, T. **Radical chique e o novo jornalismo**. São Paulo: CIA das Letras, 2005.



## **ANEXOS**